



**CONCORRÊNCIA Nº 02/2020 – 2ª CHAMADA**

**PROCESSO Nº 8239/2020**

**OBJETO:** obras e serviços de terraplanagem, drenagem de águas pluviais e pavimentação em logradouros nos bairros Baixa Grande, Bom Sucesso, Santa Esmeralda (1-2), Cacimbas, Brasília, Jardim Tropical, Novo Horizonte, Manoel Teles, Canafistula II, Boa Vista e Cavaco no Município de Arapiraca/AL.

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

Em 20 de abril de 2021, recebemos por meio de e-mail, tempestivamente, impugnação ao Edital da Concorrência nº 02/2020 – 2ª Chamada, apresentada pela empresa ARQUITEC – ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, inscrita no CNPJ nº 02.423.864/0001-41, que ora passamos a julgar:

**1. DA ADMISSIBILIDADE**

O artigo 41 da Lei de Licitações e Contratos – Lei 8.666/93 – prevê como legitimados a impugnar o edital de licitação: o cidadão (§ 1º) e o licitante (§ 2º), senão vejamos:

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

O Edital da referida Concorrência, assim norteia a impugnação ao instrumento editalício:

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



14.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

14.4. A impugnação deverá ser realizada por petição protocolada no endereço constante no preâmbulo deste edital (protocolo geral), instruída com os documentos necessários ao seu conhecimento, devidamente anexados.

Isto posto, atendidos os pressupostos de admissibilidade, passamos a análise dos fatos ventilados na impugnação.

## **2. DO MÉRITO**

A impugnante alega basicamente a necessidade de alterar a exigência editalícia nos seus subitens 5.3 e 5.3.4, entendendo a Impugnante que o contido nos referidos subitens restringe a participação da mesma na Concorrência nº 02/2020 – 2ª Chamada, tendo em vista a vedação de participação na presente licitação de interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

Fez transcrever o Acórdão nº 8271/2011 – TCU – 2ª Câmara, que destaca sobre a possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93.

Mister salientar que esta Administração Pública Municipal entende por acatar e seguir os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, **compreendendo que é possível a participação de empresa em recuperação judicial, conforme estabelece o próprio Edital da Concorrência nº 02/2020 – 2ª Chamada, em seu subitem 7.1.4.1.1, in verbis:**


7.1.4.1.1. O licitante que esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (TCU, acórdão 1201/2020 Plenário).




### **3. DA DECISÃO**

Em face do exposto, DECIDIMOS pelo não provimento à IMPUGNAÇÃO ao Edital da Concorrência nº 02/2020 – 2ª Chamada, interposto pela empresa ARQUITEC – ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, por não carecer de alteração do Edital, entendendo que a Impugnante não observou o estabelecido no **subitem 7.1.4.1.1** do Edital.

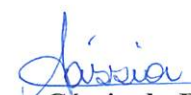
Arapiraca – AL, 20 de abril de 2021.



**Tiago de Almeida Silva**  
Presidente da CPL



**Micheliny Rodrigues de Sousa Oliveira**  
Membro da CPL



**Any Cássia da Rocha Santos**  
Membro da CPL